



PODER

# Julgamento inédito em ano eleitoral

Superior Tribunal Militar analisa se 17 oficiais — sendo que cinco deles fazem parte do posto mais elevado das Forças Armadas — condenados por tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal são dignos da patente que alcançaram

» FABIO GRECCHI

No ano eleitoral de 2026, o Superior Tribunal Militar (STM) está diante de uma tarefa inédita e complicada, conforme avaliam muitos observadores do cenário das Forças Armadas: julgar se são dignos do posto os 17 oficiais condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe de Estado que manteria o ex-presidente Jair Bolsonaro no poder, depois da derrota eleitoral de 2022. O espinhoso da tarefa é que cinco são generais e considerados pelos pares como o que de melhor tecnicamente o militarismo brasileiro tem a oferecer. O julgamento não tem data para ocorrer.

São eles Walter Braga Netto, general de exército, e ex-ministro da Defesa e da Casa Civil, e candidato a vice na chapa de Bolsonaro (condenado a 26 anos de prisão); Augusto Heleno, também general de exército, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (21 anos de prisão); Paulo Sérgio Nogueira, mais um general de exército, ex-ministro da Defesa e ex-comandante da Força (19 anos de prisão); e Almir Garnier Santos, almirante de esquadra e ex-comandante da Marinha (24 anos de prisão). O quinto é o general de brigada Mário Fernandes, ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência — julgado por ser apontado como um dos articuladores mais ativos das ações táticas golpistas e condenado a 26 anos e seis meses de prisão.

Os 17 oficiais devem ter seus casos analisados pela Corte militar porque foram condenados a mais de dois anos de prisão pelo STF. Em questões assim, o procurador-geral militar representa à presidência do STM pela abertura de ação com o objetivo de analisar a incompatibilidade ou indignidade na ocupação do posto. Os processos são individuais, ao contrário do que houve no STF em que os golpistas foram divididos em núcleos de atuação pela tentativa de quebra da ordem democrática. Um dos ministros é sorteado para ser o relator de cada caso individual.

A lista de patentes inclui, ainda, cinco coronéis, cinco tenentes-coronéis, um major e um capitão — o ex-presidente Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão. Todos serão julgados por incompatibilidade ou indignidade para o oficialato. A favor dos condenados pelo STF está o fato que, dos ministros representam o Exército o STM, 10 são integrantes das Forças Armadas. Os cinco restantes são representantes da sociedade civil, sendo que a presidente, ministra Maria Elizabeth Rocha, vota apenas para desempate. Isso quer dizer que caso o julgamento chegue ao placar de 7 x 7, ela se manifesta. Mas, assim mesmo, deve seguir a regra do “in dubio pro reo” — ou seja, pelo brocardo jurídico de que na dúvida a decisão é a favor do réu.

## Corpo de ministros

Os ministros militares são oficiais-generais da ativa e vários deles tiveram relação de convivência direta com os condenados na trama golpista. Estão divididos assim: representam o Exército os generais Guido Amin Naves, Anísio David de Oliveira Júnior, Flavio Marcus Lancia Barbosa e Lourival Carvalho Silva; da Marinha vêm os almirantes de esquadra Leonardo Puntel, Celso Luiz Nazareth e Cláudio Portugal de Viveiros; e da Aeronáutica, os tenentes-brigadeiros do ar

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Braga Netto foi condenado pelo Supremo a 26 anos de prisão

## » Pinochet jamais foi sentenciado

O general Augusto Pinochet, que esteve à frente da ditadura chilena por 17 anos, jamais foi julgado e condenado pelos crimes a ele atribuídos. Baixou, em 1978, a Lei de Autoanistia — que perdoava os crimes políticos entre 1973 e 1978. Ao deixar o poder, tornou-se senador vitalício, com foro privilegiado e imunidade. Fugiu para Londres, onde foi preso em 1998. Ao retornar ao Chile, em 2000, seus advogados argumentaram a saúde debilitada e nunca foi preso. Morreu em 10 de dezembro de 2006, aos 91 anos.

Francisco Joseli Parente Camelo (vice-presidente do STM), Carlos Vuyk de Aquino e Carlos Augusto Amaral Oliveira. Já os ministros civis são: Maria Elizabeth Rocha (presidente), Artur Vidigal de Oliveira e Verônica Sterman (representam os advogados); José Barroso Filho (indicado pela Justiça Federal); e Péricles Aurélio Lima de Queiroz (representante do Ministério Público Militar).

O corpo do STM decidirá se os acusados devem perder o posto e carta-patente, e se será declarada a morte ficta de cada um dos réus — mulheres ou filhas que não sejam casadas no civil passam a receber a pensão, caso estejam na reserva. Os oficiais da ativa terão direito a pensão proporcional ao tempo de serviço antes da expulsão.

Para historiadores e juristas, o julgamento no STM está sendo considerado um encontro do Brasil com sua história, uma vez que países do Cone Sul, como Argentina e Chile, condenaram e prenderam generais que integraram as ditaduras dos dois países (veja quadro). No caso brasileiro, a Lei da Anistia liberou todos os envolvidos com o regime militar.

Desde 2018, a Corte analisou 97 processos de Conselhos de Justificação e representações por indignidade ou incompatibilidade. Porém, tais processos referiam-se a oficiais condenados por crimes militares e comuns. Noventa e seis casos foram julgados e, desses, 84 militares perderam o posto e a patente.

A maior parte dos condenados nesse período era de integrantes do Exército — 63 acusados. A Marinha vem em segundo (16 casos), seguida da Força Aérea (16). Foram 14 coronéis e 10 tenentes-coronéis da força terrestre, mais cinco capitães da Aeronáutica e outros cinco da armada.

Ed Alves/CB/D.A Press



Heleno obteve do STF a prisão domiciliar por causa de doença

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Dos generais julgados, Paulo Sérgio pegou a menor pena

Ton Molina/Secom/STF



Garnier é o único nome da Marinha a ser julgado no STM

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Fernandes não alcançou o posto máximo do generalato

## Figuras de proa de duas brutais ditaduras

### Argentina

A Argentina é considerada um modelo internacional no julgamento de crimes cometidos por militares na ditadura que durou de 1976 a 1983. Diferentemente de outros países da região, o processo argentino avançou por décadas, resultando na condenação de centenas de agentes do Estado, incluindo os generais que

comandaram o país entre 1976 e 1983. Até o início de 2025, o balanço da Justiça argentina registra 1.184 pessoas condenadas em mais de 317 sentenças por crimes contra a humanidade. O marco inicial foi o Julgamento das Juntas (1985), mas após a anulação das leis de anistia, em 2005, os processos ganharam nova força. Abaixo estão os principais generais e almirantes condenados:

Os seis principais, da Casa Rosada ao Campo de Mayo					
Jorge Rafael Videla	Emilio Massera	Roberto Eduardo Viola	Santiago Omar Riveros	Luciano Menéndez	Reynaldo Bignone
Posição no regime					
General e 1º presidente da junta militar	Almirante e fez parte da junta	General e 2º presidente da junta militar	General (Campo de Mayo)	General (III Corpo do Exército)	General e último ditador
As punições que pegaram					
Condenado à prisão perpétua. Morreu na prisão em 2013.	Condenado à prisão perpétua. Morreu em 2010.	Condenado a 17 anos de prisão. Morreu em 1994.	Condenado à prisão perpétua. Morreu na prisão em 2013.	Recordista de condenações: recebeu 13 penas de prisão perpétua.	Condenado à prisão perpétua pelo roubo de bebês e repressão.

### Chile

O Chile avançou significativamente na punição de crimes da ditadura (1973–1990). O país utiliza a estratégia jurídica de considerar o sequestro qualificado (desaparecimento) como um crime

permanente, o que impede a aplicação da Lei de Anistia de 1978. Até 2024, centenas de militares foram condenados e cumprem pena em prisões especiais, como Punta Peuco e Colina 1. Os principais generais e comandantes condenados são estes:

Os seis sinistros apoiados pelo Palácio de La Moneda					
Manuel Contreras	Hugo Salas Wenzel	Raúl Neumann	Santiago Sinclair	Miguel Krassnoff	Pedro Espinoza
Posição no regime					
Chefe da Dina (polícia secreta)	Diretor da CNI (sucessora da Dina)	General e subdiretor da Dina	General e membro da junta militar	Brigadeiro (fundou a Dina)	Brigadeiro e 2º na hierarquia da Dina
As punições que pegaram					
Considerado o maior repressor do Chile. Somou mais de 500 anos de prisão em diversas sentenças. Morreu na prisão em 2015.	Primeiro general a receber prisão perpétua (2007) pelo massacre da Operação Corpus Christi. Morreu em 2021.	Condenado a múltiplas penas que somam décadas de prisão por assassinatos no exterior (como o do general Carlos Prats). Está preso.	Condenado em 2023 (aos 92 anos) a 18 anos de prisão por sua participação na Caravana da Morte (que matou centenas de presos antes do golpe de 1973).	Um dos nomes mais emblemáticos da repressão. Suas condenações acumuladas superam os mil anos de prisão.	Condenado em diversos processos, incluindo o assassinato do embaixador chileno em Washington, Orlando Letelier, em 1976, e do compositor Víctor Jara, em 1973.